

ANO 2022
ANEXO III
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (OBJETOS DE AVALIAÇÃO)
CARGO: ASSISTENTE DE ALUNOS
A - LÍNGUA PORTUGUESA

1. Estudo do texto
1.1. Tipos e gêneros textuais
1.1.1. Características dos tipos textuais
1.1.2. Relações entre tipos e gêneros textuais
1.1.3. Função social dos gêneros textuais
1.2. Organização temática do texto
1.2.1. Relações entre partes do texto
1.2.2. Progressão
1.2.3. Consistência argumentativa
1.3. Recursos persuasivos
1.3.1. Escolhas lexicais e seus efeitos de sentido
1.3.2. Exemplificações
1.3.3. Discurso reportado: discurso direto e indireto
1.4. Recursos verbais e não verbais em textos multimodais
1.5. Intertextualidade
1.5.1. Tipos de intertextualidade: citação, epígrafe, alusão, referência, paráfrase, pastiche e paródia
1.5.2. Efeitos de sentido
1.6. Recursos estilísticos de linguagem
1.6.1. Figuras de linguagem
2. Conhecimentos linguístico-gramaticais aplicados ao texto
2.1. Funcionamento social da língua
2.1.1. Aspectos linguísticos, sócio-históricos e contextuais da variação linguística
2.1.2. Uso da norma padrão
2.1.3. Preconceito linguístico
2.2. Formas verbais e efeitos de sentido
2.2.1. Marcas de pessoa, número, tempo e modo
2.3. Coesão verbal e nominal
2.3.1. Recursos gramaticais como estratégias de introdução, progressão e retomada
2.3.2. Organizadores textuais e marcadores discursivos: funções sintáticas e relações lógico-semânticas
2.4. Morfossintaxe
2.4.1. Categorias sintáticas e classes gramaticais
2.4.2. Estrutura da oração e do período composto
2.4.3. Flexão verbal e nominal, colocação pronominal, emprego da partícula "se"
2.4.4. Emprego da crase
2.4.5. Pontuação
3. Produção de texto em Língua Portuguesa, de acordo com o gênero textual e o tema proposto

B - INFORMÁTICA BÁSICA

1. Noções de Sistema Operacional: conceitos básicos de hardware e software
2. Ambiente Operacional Microsoft Windows
2.1. Aplicativos básicos do MS Windows
2.2. Área de trabalho
2.3. Gerenciamento de janelas
2.4. Painel de controle
2.5. Manipulação de pastas e arquivos
3. Internet
3.1. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet
3.2. Navegação
3.3. Sites
3.4. Pesquisa na Internet
3.5. Correio eletrônico
3.6. Redes sociais como ferramenta de divulgação
4. Segurança da informação
4.1. Noções de segurança para usuário final
4.2. Noções de vírus, worms e outras pragas virtuais
4.3. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware e congêneres)
4.4. Backups e armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)
5. Ambiente LibreOffice: edição de texto, planilhas e apresentações

C - LEGISLAÇÃO

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, suas alterações e Emendas Constitucionais
1.1. Da Administração Pública (arts. 37 a 41)
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações - dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais
2.1. Das Disposições Preliminares (arts. 1º a 4º)
2.2. Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 5º a 39)
2.3. Dos Direitos e Vantagens (arts. 40 a 115)
2.4. Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142)
3. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
4. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e suas alterações - dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências
4.1. Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º)
4.2. Dos Atos de Improbidade Administrativa (arts. 9º a 11)
4.3. Da Declaração de Bens (art. 13)
5. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e suas alterações - Código Penal Brasileiro
5.1. Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral (arts. 312 a 327)
6. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro
6.1. Título III - Do Domicílio (arts. 70 a 78)
7. Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018 - racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação
8. Decreto nº 10.609, de 26 de janeiro de 2021 e suas alterações - institui a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado
9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública
10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 e suas alterações - regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)
11. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº

11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências
11.1. Arts. 5º a 26
11.2. Arts. 31 a 34
12. Lei 8.666/93 (e alterações)
12.1. Seção V - Das Compras (arts. 14 a 16)
13. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
13.1. Título II - Das Licitações
13.1.1. Capítulo I - Do Processo Licitatório (art. 11)
13.1.2. Capítulo II - Das Modalidades de Licitação (arts. 28 e 32)
D - RACIOCÍNIO ANALÍTICO
1. Argumentação
1.1. O uso do senso crítico na argumentação
1.2. Tipos de argumentos
1.3. Argumentos falaciosos e apelativos
1.4. Comunicação eficiente de argumentos
1.5. Estrutura de argumentação
1.5.1. Premissas, pressupostos e conclusões
1.5.2. Teses, relações lógicas e estruturas retóricas
1.6. (In)coerência: significados de falácias, contradições, lacunas e (in)consistências
2. Raciocínio dedutivo e indutivo
2.1. Expansão de argumentos: admissibilidade, enfraquecimento e fortalecimento de ideias
2.2. Inferência
2.3. Geração de hipóteses
2.4. Indução e dedução
E - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
1. Estatuto da Criança e do Adolescente
1.1. BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília - DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
1.2. FERREIRA, Pedro. Aos 30 anos, ECA reflete evolução do olhar sobre a infância. Brasil de Direitos. 12 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/aos-30-anos-ecareflete-evolucao-do-olhar-sobre-a-infancia/?noticias/633-aos-30-anos-eca>
2. Saúde mental de adolescentes e jovens
2.1. SCAVACINI, Karen et. al. (Org.). Saúde Mental de adolescentes e jovens. São Paulo: Instituto Vita Alere, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16126/file/saude-mental-de-adolescentes-e-jovens.pdf>
Acesso em: 07 fev. 2022.
2.2. ENCANTADO. Suicídio: Vamos falar sobre isso? Encantado - RS, [s/d]. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Cartilha_de_Prevencao_ao_Suicidio.pdf
2.3. BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Ministério da Saúde. Acolha a vida porque a vida vale a pena! Orientações para famílias sobre automatização e suicídio. Brasília: MMFDH, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/acolha-a-vida/cartilha_orientacao-familias-v0809.pdf
3. Educação afetivo-sexual
3.1. NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE FAMÍLIAS E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E SOCIAIS (NEFIES). Educação em sexualidade na adolescência: Uma cartilha para a comunidade escolar. Porto Alegre: UFRGS; UNISINOS, [s/d]. Disponível em: https://www.ufrgs.br/nefies/wp-content/uploads/2020/07/03_cartilha_final_vOnline-4.pdf
Acesso em: 07 fev. 2022.
3.2. TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação sexual na escola: para que serve? 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/para-que-serve-a-educacao-sexual-na-escola/>
Acesso em: 07 fev. 2022.
4. Comunicação não violenta
5. Participação dos discentes na gestão escolar
5.1. LELES, Maura da Aparecida. A participação dos estudantes na gestão da escola. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília - DF, 2007. 152 f. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2946/1/2007_MauradaAparecidaLeles.pdf
6. Legislação da educação inclusiva
6.1. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>
6.2. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília - DF: Presidência da República; 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
6.3. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Na Educação Básica. Brasília: CEB/CNE/MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>
6.4. BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília - DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm
7. Diversidades (de gênero e de orientação sexual): BRASIL. Ministério da Educação. Gênero e diversidade sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: SECAD, 2007. (Cadernos Secad). Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf
8. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394/96
9. Relações étnico-raciais na escola
9.1. ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Raça e Racismo. In _____. Racismo Estrutural: feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. P. 23-57.
9.2. CAVALLEIRO, Eliane. Educação Anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In _____. Racismo e Antiracismo na educação: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-160.
9.3. BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 003/2004, de 10 de março de 2004. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf
10. Declaração Universal dos Direitos Humanos
10.1. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos: resolução 217 A III, de 10 de dezembro de 1948. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracaouniversal-dos-direitos-humanos>
EDITAL Nº 130 de 23 de junho de 2022
Concurso Público para a Carreira de Cargos Técnico-Administrativos em Educação

ANO 2022
ANEXO IV
CRONOGRAMA PREVISTO

Item	Evento	Data Prevista(*)
1.	Publicação do Edital de Abertura	24/06/2022
2.	Data-limite para impugnação do Edital de Abertura	26/06/2022
3.	Divulgação do resultado das solicitações de impugnações do Edital de Abertura	27/06/2022
4.	Publicação do Edital de Abertura atualizado, se necessário	28/06/2022
5.	Início do período de inscrições	28/06/2022
6.	Abertura do período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	28/06/2022
7.	Abertura do período para solicitação de condições especiais para realização das provas	28/06/2022

